

Concurso Público

IF FARROUPILHA • 2016

DOCENTES

Arquitetura e
Urbanismo/Projeto



Nome do candidato
Por favor, abra somente quando autorizado.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição do gabarito na Folha de Respostas.
2. Este caderno contém **40** questões de múltipla escolha, assim distribuídas:
Prova de Legislação, com **20** questões, numeradas de **01** a **20**.
Prova de Conhecimentos Específicos, com **20** questões, numeradas de **21** a **40**.
3. Cada questão apresenta 5 alternativas, de **(a)** a **(e)**. O candidato deverá lê-las, atentamente, antes de responder a elas.
4. Caso o Caderno esteja incompleto ou com defeito, o candidato deverá solicitar ao aplicador, durante os primeiros 20 minutos, as providências cabíveis.
5. Nenhuma folha poderá ser destacada, durante a realização das provas, exceto a destinada para anotação na Folha de Respostas (rascunho).
6. O candidato deverá passar o gabarito para a Folha de Respostas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.
7. O candidato deverá entregar ao aplicador este caderno de questões e a Folha de Respostas, identificada com nome e número de inscrição.
8. O candidato só poderá se retirar do recinto, após 1 (uma) hora, contada a partir do efetivo início da prova.
9. O gabarito e a relação de candidatos aprovados serão divulgados no sítio **concursos.fundacaocefetminas.org.br**.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 01

A Prefeitura de Santa Maria, objetivando aumentar a arrecadação do município, decide vender alguns de seus bens móveis, considerados inservíveis para a administração pública. A modalidade de licitação mais apropriada para proceder com essas alienações é o(a)

- a) leilão.
- b) convite.
- c) concurso.
- d) concorrência.
- e) tomada de preços.

QUESTÃO 02

Na Lei n.º 10.520/02, que regulamenta a modalidade de licitação, denominada pregão,

- a) para obras e serviços de engenharia, é admitido apenas em sua forma presencial.
- b) é exigida a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- c) os licitantes poderão recorrer em dois momentos: após a etapa de classificação de propostas e após a fase de habilitação.
- d) a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio.
- e) a convocação dos interessados será efetuada por meio de fixação, em local apropriado, de cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

QUESTÃO 03

Uma instituição pública verificou a necessidade de aquisição de equipamentos cuja soma equivale, aproximadamente, a cinco mil reais no intuito de aprimorar as atividades dos servidores de um determinado setor. Considerando que existem várias empresas no mercado capazes de ofertar esses equipamentos, e que os mesmos serão adquiridos em uma única parcela até o término do presente exercício, a forma mais célere para essa aquisição, dentro dos parâmetros da legalidade, é o(a)

- a) concurso.
- b) concorrência.
- c) tomada de preços.
- d) dispensa de licitação.
- e) inexigibilidade de licitação.

QUESTÃO 04

Na Lei n.º 8.666/93,

- a) a fase de habilitação está presente em todas as modalidades de licitação.
- b) a homologação do certame é uma das atribuições da comissão de licitação.
- c) a publicação do resumo do edital, em jornais de grande circulação no Estado, é condição indispensável para configuração da legalidade da licitação.
- d) o licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato poderá fazê-lo injustificadamente sem se sujeitar às penalidades legais, uma vez que ainda não formalizou vínculo com a administração pública.
- e) é dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 05

NÃO é uma sanção prevista ao contratado pela inexecução total ou parcial do contrato com a Administração a

- a) advertência.
- b) cassação do registro no cadastro nacional de pessoas jurídicas.
- c) multa na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

QUESTÃO 06

NÃO é dever do servidor público,

- a) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.
- c) zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
- d) atender com presteza as requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- e) cumprir as ordens superiores independentemente de sua legalidade, em virtude do respeito à hierarquia.

QUESTÃO 07

Na Lei Federal n.º 8.112/90,

- a) a acareação é uma fase do processo disciplinar.
- b) é vedada aos servidores a dedicação em tempo integral aos seus trabalhos intrínsecos à comissão de sindicância.
- c) o cônjuge do acusado poderá participar de comissão de sindicância, desde que exerça suas funções em consonância com os princípios da administração pública, em especial a imparcialidade.
- d) o prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- e) o processo disciplinar é o instrumento judicial destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

QUESTÃO 08

A investidura do servidor, em cargo de atribuições e de responsabilidades compatíveis com a limitação, que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, é denominada de

- a) reversão.
- b) remoção.
- c) recondução.
- d) substituição.
- e) readaptação.

QUESTÃO 09

O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais determina que

- I- durante o estágio probatório, o servidor, nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito à capacidade de iniciativa e disciplina como de fatores a serem avaliados.
- II- a posse em cargo público independe de prévia inspeção médica oficial.
- III- não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- IV- o concurso público terá validade de até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

No Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais,

- a) o apostilamento é uma forma de provimento de cargo público.
- b) é proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
- c) a investidura em cargo público ocorrerá no momento da aprovação no concurso.
- d) o nível superior de escolaridade é um requisito básico para investidura em cargo público.
- e) o servidor habilitado em concurso público adquirirá estabilidade quando empossado em cargo de provimento efetivo.

QUESTÃO 11

No que se refere aos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas, previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais,

- a) o adicional de insalubridade será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira.
- b) a legislação brasileira veda a atuação de servidores públicos em operações que envolvam substâncias radioativas.
- c) desde que faça jus, o servidor poderá receber, concomitantemente, os adicionais de insalubridade e de periculosidade.
- d) ainda que eliminadas as condições ou os riscos que deram causa aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, o servidor tem direito a recebê-los por mais 24 (vinte e quatro) meses.
- e) a servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e dos locais insalubres, penosos e perigosos, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

QUESTÃO 12

Baseando-se na Constituição Federal de 1988, relacione os termos presentes no texto legal às suas respectivas correspondências.

1. Brasileiros natos () os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
2. Brasileiros naturalizados () os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- () os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- () os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

- () os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

A sequência correta é

- a) 2, 1, 2, 1, 1.
- b) 1, 2, 1, 1, 2.
- c) 1, 2, 2, 2, 1.
- d) 2, 1, 1, 2, 2.
- e) 1, 1, 2, 1, 2.

QUESTÃO 13

Conforme a Constituição Federal de 1988, **NÃO** é um direito ou garantia prevista a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país:

- a) Direito de herança.
- b) Direito de propriedade.
- c) Assistência judiciária gratuita.
- d) Salário nunca inferior ao mínimo.
- e) Acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

QUESTÃO 14

No que se refere à acumulação remunerada de cargos públicos, prevista na Constituição da República,

- a) quando houver compatibilidade de horários, é admitida a acumulação remunerada de três cargos de professor.
- b) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários e dos cargos.
- c) é admitida a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários e dos cargos.
- d) quando houver compatibilidade de horários, é admitida a acumulação remunerada de um cargo científico com outro técnico.
- e) quando houver compatibilidade de horários, é admitida a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

QUESTÃO 15

De acordo com a carta magna, na fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos, observa-se

- I- a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- II- o sexo, idade, cor e estado civil dos servidores, investidos no cargo.
- III- as peculiaridades dos cargos.
- IV- os requisitos para a investidura.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 16

Natália, autoridade competente de uma determinada instituição municipal, aceita suborno para assinar contrato superfaturado de uma obra pública. A conduta de Natália

- I- configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- II- configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- III- configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- IV- não configura ato de improbidade administrativa por ausência de previsão legal.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 17

De acordo a Lei Federal n.º 8.429/1992,

- a) constitui ato de improbidade administrativa aquele que der publicidade aos atos oficiais.
- b) podem incorrer em improbidade administrativa somente os servidores ocupantes de cargo público.
- c) a suspensão da nacionalidade é uma das penas previstas pela prática dos atos de improbidade administrativa, de acordo com a gravidade do fato.
- d) o prazo de preclusão para propositura da ação de improbidade administrativa, no serviço público federal, é de dois anos após o cometimento do ato ímprobo.
- e) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

QUESTÃO 18

Paulo César, autoridade competente de uma determinada instituição municipal, corriqueiramente desvia servidores, durante suas respectivas jornadas de trabalho, para prestarem serviços particulares à sua esposa. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a conduta de Paulo César é

- a) permitida, desde que os servidores sejam devidamente remunerados por esse trabalho.
- b) vedada, uma vez que é proibido o desvio de servidor público para atendimento a interesse particular.
- c) vedada, uma vez que é proibido o exercício de atividade profissional, ligada a empreendimentos de cunho duvidoso.
- d) permitida, desde que os servidores compensem as horas despendidas nos serviços paralelos em suas jornadas de trabalho da função pública.
- e) vedada, uma vez que só é admitido o desvio de servidor público para atendimento a interesses particulares da própria autoridade competente, em caráter personalíssimo.

QUESTÃO 19

Tendo em vista o Decreto n. 1.171/94 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), permite-se ao servidor público

- a) embriagar-se esporadicamente.
- b) o uso da função para obter favorecimento para seus familiares.
- c) alterar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- d) deixar que interesses de ordem pessoal interfira no trato com o público.
- e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance para atendimento do seu mister.

QUESTÃO 20

O acesso à informação de que trata a Lei n.º 12.527/2011 **NÃO** compreende os direitos de obter informação

- a) primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- b) sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- c) pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.
- d) contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- e) referente a projetos de pesquisa e de desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

O conceito de *Building Information Modeling* (BIM) vem trazendo mudanças nos processos, nas tecnologias e nas estruturas das equipes de trabalho da indústria da arquitetura, da engenharia e da construção.

Indique a afirmativa que configura uma dessas mudanças apontadas por Kowaltowski *et al.* (2011).

- a) É um processo que diz respeito somente ao planejamento arquitetônico digital, gerando dados que auxiliam o processo de projeto.
- b) A modelagem paramétrica, associada ao BIM, é definida como um conjunto de padrões de representação para cada objeto que compõe o desenho técnico.
- c) O BIM é uma poderosa ferramenta para compatibilizar projetos e não possibilita a gestão de informação ao longo de todo o ciclo de vida do empreendimento.
- d) O BIM possibilita o aumento na integração entre equipes de diferentes áreas, processos de projetos simultâneos e o desenvolvimento de modelos ricos em informações.
- e) Os processos, baseados na tecnologia BIM, estão associados ao aumento da eficiência em algumas fases do projeto, mas geram perdas e retrabalho na etapa de construção do edifício.

QUESTÃO 22

Em sua discussão a respeito do canteiro de obras e do desenho de arquitetura, Sérgio Ferro (1982) faz a seguinte afirmação:

“Ainda uma vez: o desenho pode assumir os padrões dominantes ou não, seguir a “função” ou fazê-la seguir, ser qualificado como racional, orgânico, brutalista, metabólico ou como se queira no interior da confusão das pseudotendências, ser mais ou menos conformista em relação ao utensílio que informa, ser modulado, modenado ou a-sistemático, ornar ou abolir o ornamento: a constante única é ser desenho para a produção.”

(FERRO, 1982, p.16)

De acordo com o ponto de vista do autor, a importância do desenho para a produção no canteiro de obras de arquitetura registra-se em:

- a) O desenho tem como função essencial estabelecer as condições básicas de compreensão quanto às especificidades de uso do espaço construído.
- b) O desenho do produto acabado, enquanto tal, só afeta as etapas de circulação e de consumo da Arquitetura como bem a ser consumido.
- c) No canteiro de obras, o desenho técnico é o molde que permite que os trabalhadores se organizem autonomamente na execução racionalizada ao longo do processo de trabalho na construção.

- d) No canteiro, os desenhos técnicos produzidos pelos arquitetos são responsáveis por estabelecer a linguagem universal de comunicação entre os trabalhadores da obra, desde os engenheiros até os pintores, encanadores e pedreiros.
- e) Os desenhos arquitetônicos em perspectiva são sínteses capazes de extrapolar sua condição formal, pois apresentam as particularidades do espaço construído de maneira didática e compreensível a todos os trabalhadores envolvidos no processo de construção.

QUESTÃO 23

A gestão do processo de projeto em arquitetura envolve a integração direta entre a concepção do produto e o detalhamento de sua produção. A adoção integral das práticas recomendadas de gestão do processo de projeto, em muitos casos, reduz os índices de retrabalho, da fase de projeto até a entrega da obra.

São práticas adotadas na gestão de projetos, **EXCETO**:

- a) A formação de equipes multidisciplinares, capazes de integrar projetos das diferentes etapas de execução e de definição da atuação dos agentes em cada uma das etapas do projeto.
- b) A garantia da compatibilidade entre as soluções das várias especialidades envolvidas, viabilizando a comunicação entre profissionais de diferentes áreas.
- c) O estabelecimento de parâmetros que possibilitem a análise crítica dos projetos por agentes das diferentes áreas envolvidas na obra, visando a integrar os processos de projeto e de execução da obra.
- d) A integração entre os processos de projeto e de produção de um empreendimento, e a forma como as etapas são planejadas, executadas e controladas como aspectos fundamentais para uma gestão de projeto bem-sucedida.
- e) A manutenção da rigidez da organização sequencial do projeto desenvolvido em etapas bem definidas e independentes: levantamento, programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e projeto executivo.

QUESTÃO 24

“Verifica-se que o objeto pode ser inteiramente cercado por um conjunto de seis planos (...). Sobre esses planos, podem-se obter vistas do objeto, segundo for observado de cima, de frente, da direita, da esquerda, de baixo e de trás.”

(FRENCH & VIERCK, 2002, p. 153)

Nas regras que orientam a representação técnica,

- a) é possível eliminar vistas do desenho que não demonstrem detalhes importantes, exceto a vista superior.
- b) o uso da linha tracejada é indicado para substituir cortes e seções, já que os dois últimos dificultam a compreensão do desenho.
- c) quando necessário, admite-se o uso de vistas fora da posição determinada pelo método de projeção, exceto para a vista principal.
- d) a representação de somente uma parte do objeto é admitida no desenho de peças simétricas, dispensando a indicação de linhas de simetria.
- e) a representação de uma peça pode ser feita através de uma vista somente, a fim de garantir que todos os detalhes importantes sejam visualizados.

QUESTÃO 25

Analise as afirmativas abaixo, em relação às normas técnicas apropriadas, e marque **(V)** para verdadeiro ou **(F)** para falso.

- () A representação das arestas invisíveis deve ser feita através de linhas tracejadas.
- () Uma projeção ortogonal mostra a forma do objeto através de sua largura e altura, eliminando a profundidade.
- () Ao adotar uma escala de redução para o desenho, suas cotas não são reduzidas na mesma escala.
- () As hachuras têm direções diferentes quando o corte aplicado é feito por vários planos paralelos.
- () Em desenho técnico, as hachuras são representadas em linhas finas.

A sequência correta é

- a) F, V, F, V, V.
- b) V, V, V, F, V.
- c) V, V, F, V, F.
- d) F, F, V, V, F.
- e) V, F, V, F, V.

QUESTÃO 26

Sônia Rabello de Castro (2009) discute casos em que o tombamento de um bem não é o instrumento adequado para sua preservação. A principal consequência do ato administrativo do tombamento é a “obrigação de conservar a coisa tombada”.

Baseando-se no texto acima, analise as afirmativas abaixo.

- I- Será inadequado fazer-se incidir tombamento sobre bens cujo valor cultural necessite de sua mutabilidade.
- II- O tombamento deve garantir a paralização da dinâmica cultural que envolve a utilização do objeto tombado.
- III- O tombamento é um instrumento inadequado para a preservação do fazer cultural.
- IV- A desapropriação de imóvel que foi considerado parte do patrimônio cultural é indispensável para sua proteção através do tombamento.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) III e IV.
- b) II e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 27

O conceito de preservação é amplo e engloba várias ações do Estado que visam a resguardar a memória de bens culturais de uma Nação. Já o tombamento tem como finalidade a proteção, restringindo o direito de propriedade.

De acordo com a discussão acerca de tombamento, proposta por Sônia Rabello de Castro (2009), é correto afirmar que:

- a) O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular está isento da análise do chamado “uso natural” da coisa que examina suas funções sociais e sua natureza física.
- b) Coisas tombadas podem ser destruídas, demolidas ou mutiladas, com prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional.
- c) No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário fica isento da responsabilidade de comunicar o fato ao serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para que sejam tomadas as devidas providências.
- d) São indenizáveis as restrições à propriedade resultantes do tombamento que retirarem do proprietário, temporária ou definitivamente, a exclusividade de propriedade, mesmo quando não houver qualquer restrição ao uso ou desvalorização da propriedade.
- e) O tombamento tem como finalidade a proteção através da imposição de um regime jurídico especial sobre a propriedade, seja ela pública seja privada, tornando-a tutelada pelo poder público em virtude de seu valor cultural.

QUESTÃO 28

Dentre as afirmativas abaixo, a que apresenta efeito do tombamento de acordo com Sônia Rabello de Castro (2009) é:

- a) A transferência de domínio do bem tombado deve ser comunicada ao órgão do patrimônio responsável.
- b) O bem tombado pode deixar o país com intuito de realização de intercâmbio cultural, mediante transferência do domínio.
- c) O proprietário é responsável pela restauração do bem tombado, mesmo quando este se encontra em estado de deterioração antes do tombamento.
- d) Em nenhum caso é permitida a aplicação de recursos públicos na realização de obras em bens particulares, visando à conservação e à manutenção do valor cultural de interesse público.
- e) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não pode impor restrições a obras realizadas em imóveis vizinhos de bens tombados.

QUESTÃO 29

“(…) a noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada; mas também a moldura em que ela está inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tantos aos grandes conjuntos arquitetônicos quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana.”

(Carta de Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, Itália).

Segundo Françoise Choay (2006), o conceito de monumento evoluiu com o passar do tempo. Segundo a autora,

I- até a década de 1960, eram considerados monumentos históricos uma pequena porção de tipos de construção: os remanescentes da Antiguidade Clássica, edifícios religiosos da Idade Média e castelos.

II- os monumentos históricos envolvem a relação que a sociedade estabelece com seus traços culturais e passam a compor o domínio patrimonial, a partir de 1837, quando é criada a Comissão dos Monumentos Históricos na França.

III- a inflação patrimonial tem, entre seus aspectos negativos, o alto custo de manutenção, inadequação das edificações às necessidades da sociedade contemporânea e a paralização do desenvolvimento do espaço urbano.

IV- nas últimas décadas do século XX, passam a integrar o domínio patrimonial todas as formas de construir, sejam eruditas sejam populares, urbanas ou rurais.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, III e IV.

QUESTÃO 30

De acordo com a Constituição de 1988, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, **EXCETO**:

- a) As formas de expressão.
- b) Os modos de criar, fazer e viver.
- c) As criações científicas, artísticas e tecnológicas.
- d) Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico que se configurarem como monumento do passado.
- e) As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

QUESTÃO 31

Françoise Choay (2006) destaca práticas realizadas pela indústria patrimonial em todo o mundo, destinadas a valorizar o monumento histórico e a transformá-lo em produto econômico.

NÃO pode ser considerado como um efeito nocivo desta prática:

- a) As interfaces de informação presentes nos monumentos impedem a reintegração do edifício às malhas urbanas contemporâneas, limitando a dinâmica cultural.
- b) A associação dos monumentos à venda de produtos de consumo em geral e sua conversão em espaço destinado à realização de eventos, convertendo o monumento a valor econômico.
- c) A realização de obras que facilitam o acesso ao monumento, muitas vezes descaracterizam seu entorno e criam um fluxo de visitantes, não suportado pela estrutura do monumento.
- d) As obras de adequação de edifícios antigos a novos usos, em muitos casos, são guiadas apenas pela preocupação estética e acabam por descaracterizar aspectos culturais e históricos do monumento.
- e) A conservação de cidades e de conjuntos arquitetônicos antigos afeta as dinâmicas da composição do local, valorizando a região e afetando a população local, dificultando a permanência de antigos moradores.

QUESTÃO 32

No governo de Getúlio Vargas, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) que haviam sido criados na década de 1930 para cada categoria profissional também passaram a tratar da questão habitacional como parte das medidas voltadas para a regulamentação das condições de reprodução da força de trabalho.

(BONDUKI, 2004).

Analise as afirmativas abaixo, referentes às operações imobiliárias, colocadas em prática pelos IAP:

- I- Os IAP realizavam locação ou venda de unidades habitacionais a seus associados em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos.
- II- Os IAP viabilizavam financiamento aos associados para aquisição de moradia ou construção em terreno próprio.
- III- Os IAP faziam empréstimos hipotecários a qualquer pessoa física ou jurídica.
- IV- Os IAP adquiriam terrenos com o objetivo principal de servir para a construção de moradias de interesse social.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV .
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 33

Considere a afirmação feita por Nabil Bonduki (2004):

“No entanto, com o fim do BNH em 1986 e a desestruturação posterior da política habitacional em nível nacional, novas perspectivas puderam se abrir para repensar a habitação social, apesar da sensível redução dos recursos. Princípios que foram formulados no Estado Novo se consolidaram no período da ditadura militar através da ação do BNH e que orientam até hoje as políticas habitacional e urbana em muitas cidades brasileiras, começaram a ser contestados e revistos. Estes princípios formaram o que chamo de modelo *central-desenvolvimentista*.”

(BONDUKI, 2004, p.319)

Considerando-se as marcas características do modelo central-desenvolvimentista, discutido pelo autor, é correto afirmar que:

- a) O financiamento público destinava-se diretamente ao usuário final em detrimento do produtor das moradias.
- b) O transporte coletivo recebeu prioridade sobre o transporte individual no que se refere a investimentos públicos em obras de mobilidade urbana.
- c) O uso do solo foi regulamentado por meio de legislação urbanística a fim de apresentar a preocupação do poder público com a questão urbana.

- d) Incentivou-se o debate com a sociedade por meio de audiências públicas no intuito de orientar os governantes quanto à aplicação de recursos públicos.
- e) A população que não dispunha de comprovação de renda mínima para ter acesso ao financiamento público tinha a oportunidade de edificar sua própria casa por meio de autoconstrução, pagando juros baixos.

QUESTÃO 34

Na Constituição Federal de 1988 (Art.182, §4º), lê-se:

“É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

As penalidades, previstas na Constituição para os casos em que o aproveitamento do solo urbano se dá de maneira inadequada, são as seguintes, **EXCETO**:

- a) Edificação compulsória.
- b) Parcelamento compulsório.
- c) Outorga onerosa do direito de construir.
- d) Desapropriação com pagamento, mediante títulos da dívida pública.
- e) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo.

QUESTÃO 35

A respeito do papel da cultura no que tange ao planejamento urbano, Arantes (2000, p.47) diz:

“Com o sinal trocado, era justamente isso que Guy Debord queria dizer quando profeticamente anunciou que a cultura seria a ‘mercadoria vedete’ na próxima rodada do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica desempenhada nos dois ciclos anteriores pela estrada de ferro e pelo automóvel.”

A importância atribuída à cultura pela autora, ao longo do texto, é:

- a) A cultura não é instrumento neutro nas práticas mercadológicas de produção da cidade.
- b) A cultura moderna que trata a cidade como máquina de morar, trabalhar, circular etc. atende às exigências de uma nova fase de reestruturação do capitalismo.
- c) O reconhecimento do valor da multiplicidade cultural, entre as diferentes cidades, localiza-as no cenário econômico mundial, permitindo a expansão igualitária de uma rede de cidades globalizadas.
- d) A modernização do aspecto cultural das cidades passa a ser a principal responsável por avanços econômicos e sociais, que passam a ser usados como registro midiático no que se refere ao *marketing* urbano.
- e) O desenvolvimento de uma imagem forte e positiva da cidade é essencial para sua inserção nos circuitos internacionais, de modo que seu capital cultural simbólico é proporcional aos avanços socioeconômicos.

QUESTÃO 36

Arantes (2000) discute obras realizadas em diversas cidades do mundo que respondem ao planejamento urbano estratégico. Analise as afirmativas abaixo:

- I- No planejamento estratégico, a monumentalidade arquitetônica serve de argumento publicitário, tal como os Grandes Projetos parisienses da Era Mitterrand.
- II- O modelo de planejamento de Barcelona para as Olimpíadas de 1992, que investe na construção de hotéis, museus e indústrias, é exportado hoje para o mundo todo, especialmente para as cidades planejadas no Oriente Médio.
- III- Constrói-se uma imagem prestigiosa da cidade, voltada para o exterior, em função da competitividade por investimentos no sistema internacional.
- IV- O culturalismo de mercado é um aspecto importante do planejamento estratégico.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 37

Ermínia Maricato (2000, p.124) diz que “não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves”.

De acordo com a autora, é correta a afirmação:

- a) No Brasil, as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias e, nesse sentido, os Planos Diretores não se vinculam à gestão urbana.
- b) A Constituição Federal de 1988 estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores para todos os municípios com população superior a 30 mil habitantes.
- c) A invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização, portanto ela foi incorporada como prática legitimada pelo Estatuto da Cidade como garantia ao direito à moradia.
- d) Apesar de possuir um amplo aparato regulatório que normatiza a produção do espaço urbano, no Brasil, as leis de zoneamento, parcelamento, ocupação e uso do solo não são suficientemente rigorosas.
- e) Durante o regime militar, as diretrizes dadas pela PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento, concentravam-se no melhoramento e no embelezamento das cidades.

QUESTÃO 38

Para Marcelo Lopes de Souza (2002, p.75), o planejamento e a gestão urbanos têm como objetivo essencial o desenvolvimento urbano que, por sua vez, define-se por outros dois objetivos derivados, o aumento da justiça social e a melhoria da qualidade de vida.

Considerando essa afirmativa, é correto afirmar que:

- a) A autonomia é o parâmetro essencial do desenvolvimento urbano ao qual são subordinadas, a partir do ponto de vista operacional, a justiça social e a qualidade de vida .
- b) Toda forma de desenvolvimento implica mudança, assim, mesmo que esse desenvolvimento traga efeitos colaterais negativos, permanece sendo uma manifestação legítima de ser chamada como tal.
- c) As experiências práticas cotidianas e os saberes locais devem se articular com as teorias dos especialistas e técnicos de planejamento a fim de orientar intervenções urbanísticas universais que sejam benéficas a toda a população.
- d) As adaptações singularizantes dos parâmetros urbanísticos, válidas para a avaliação de uma situação ou para o desenho de uma intervenção concreta, devem ser especificadas por um analista, pesquisador ou planejador profissional para serem executadas em nível institucional.
- e) A ciência econômica e os avanços técnicos e tecnológicos devem ser vistos como fins em si mesmos no processo de desenvolvimento urbano, pois, em última instância, são a justiça social e a qualidade de vida que se ocupam dos meios a serviço de objetivos mais elevados de desenvolvimento.

QUESTÃO 39

Ao fim de seu ensaio sobre planos urbanísticos no Brasil, Maricato (2000, p.179) aponta que “o planejamento urbano é necessário para assegurar justiça social e a reposição dos pressupostos ambientais naturais para o assentamento humano”. A autora destaca os Planos de Ação como alternativa aos Planos Diretores, a fim de desenvolver uma gestão urbana que diminua a desigualdade e amplie a cidadania em um contexto de avanço da democracia na cidade.

Dentre as diretrizes dos Planos de Ação, destaca-se:

- a) A natureza e a localização dos investimentos, que podem ter origem governamental ou privada, não devem ser indicadas nos Planos de Ação para que a segregação territorial na cidade seja atenuada a longo prazo.
- b) Uso do solo, moradia social e transporte público devem ser indissociáveis para uma gestão do solo que visa à melhoria da qualidade ambiental urbana, com destaque para as condições de saneamento e drenagem.
- c) Os urbanistas e os economistas devem se adaptar à lógica de distinção funcional de suas áreas de atuação, tal como se estabeleceu espontaneamente ao longo dos anos na esfera da administração pública, como maneira de articular instrumentos fiscais a políticas urbanísticas.

- d) A relação entre os planos e o controle urbanístico, realizado por meio de fiscalização técnica, deve ser evitada, pois em um contexto participativo e democrático, a própria população passa a ter autonomia no que se refere à verificação do cumprimento das leis de uso e de ocupação do solo.
- e) O Plano de Ação articula aspectos urbanísticos, ambientais e sociais (educação, saúde e cultura), a fim de que o conjunto de elementos de natureza econômica deva ser destacado, em outra esfera de planejamento, objetivando desestimular os processos de especulação fundiária e imobiliária.

QUESTÃO 40

Considere a afirmação:

“A idéia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou o consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que compreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva, e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa.”

(SOUZA, 2002, p.174)

Em relação às práticas de planejamento e de gestão das cidades, à luz do princípio de defesa da autonomia individual e coletiva, que o autor discute em sua obra, é correto afirmar que:

- a) No pensamento autonomista, o que se sustenta é o direito de correr o risco de falhar em liberdade.
- b) No que se refere à ação do Estado, ele se encarrega de articular situações de planejamento colaborativo.
- c) Os cidadãos participam ativamente nos processos decisórios que dizem respeito à esfera pública, sob a tutela do Estado.
- d) A partir da livre participação de todos os envolvidos, os conflitos e as contradições deixam de existir e dão lugar ao consenso.
- e) Os cidadãos conscientes e efetivamente livres decidiriam os destinos de seus espaços de moradia, trabalho, circulação, lazer e consumo, enquanto os técnicos e os pesquisadores se manteriam responsáveis pelas decisões que dependem de seu discurso competente.

IF FARROUPILHA

Concurso Público para Docentes 2016

Folha de Respostas (rascunho)

Legislação

01. A B C D E
02. A B C D E
03. A B C D E
04. A B C D E
05. A B C D E
06. A B C D E
07. A B C D E
08. A B C D E
09. A B C D E
10. A B C D E
11. A B C D E
12. A B C D E
13. A B C D E
14. A B C D E
15. A B C D E
16. A B C D E
17. A B C D E
18. A B C D E
19. A B C D E
20. A B C D E

Conhecimentos Específicos

21. A B C D E
22. A B C D E
23. A B C D E
24. A B C D E
25. A B C D E
26. A B C D E
27. A B C D E
28. A B C D E
29. A B C D E
30. A B C D E
31. A B C D E
32. A B C D E
33. A B C D E
34. A B C D E
35. A B C D E
36. A B C D E
37. A B C D E
38. A B C D E
39. A B C D E
40. A B C D E

